

ISSN 1806-6445

v. 11 • n. 20 • jun./dez. 2014

sur
v

20

EDIÇÃO COMEMORATIVA
DIREITOS HUMANOS EM MOVIMENTO



CONECTAS
DIREITOS HUMANOS

CONSELHO EDITORIAL

Christof Heyns Universidade de Pretoria (África do Sul)
Emilio García Méndez Universidade de Buenos Aires (Argentina)
Fifi Benaboud Centro Norte-Sul do Conselho da União Européia (Portugal)
Fiona Macaulay Universidade de Bradford (Reino Unido)
Flavia Piovesan Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
J. Paul Martin Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Kwame Karikari Universidade de Gana (Gana)
Mustapha Kamel Al-Sayyid Universidade do Cairo (Egito)
Roberto Garretón Ex-Funcionário do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Chile)
Upendra Baxi Universidade de Warwick (Reino Unido)

EDITORES

Pedro Paulo Poppovic
Oscar Vilhena Vieira

EDITORES EXECUTIVOS

Maria Brant – Editora Executiva
Thiago Amparo – Editor Convidado
Luz González – Editora Assistente

CONSELHO EXECUTIVO

Albertina de Oliveira Costa, Ana Cernov, Conrado Hubner Mendes,
Glenda Mezarobba, Juana Kweitel, Laura Waisbich, Lucia Nader,
Luz González, Manoela Miklos, Maria Brant, Thiago Amparo

EDIÇÃO

Luz González, Thiago Amparo, Tânia Rodrigues

REVISÃO DE TRADUÇÕES

ESPAANHOL

Carolina Fairstein, Celina Lagrutta, Erika Sanchez Saez,
Josefina Cicconetti, Laia Fargas Fursa

PORTUGUÊS

Caio Borges, Erika Sanchez Saez, Renato Barreto, Marcela Vieira

INGLÊS

Murphy McMahon, Oliver Hudson, The Bernard and Audre Rapoport
Center for Human Rights and Justice
(University of Texas, Austin), Tina Amado

PROJETO GRÁFICO

Oz Design

EDIÇÃO DE ARTE

Alex Furini

ARTE DA CAPA

Mariana Bernd

FOTOGRAFIA DA CAPA

Renato Stockler

CIRCULAÇÃO

Beatriz Kux

IMPRESSÃO

Yangraf Gráfica e Editora Ltda.

COMISSÃO EDITORIAL

Alejandro M. Garro Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Bernardo Sorj Universidade Federal do Rio de Janeiro / Centro Edelstein (Brasil)
Bertrand Badie Sciences-Po (França)
Cosmas Gitta PNUD (Estados Unidos)
Daniel Mato CONICET / Universidade Nacional Tres de Febrero (Argentina)
Daniela Ikawa Rede Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais/ Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Ellen Chapnick Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Ernesto Garzon Valdes Universidade de Mainz (Alemanha)
Fateh Azzam Fundo Árabe para os Direitos Humanos (Líbano)
Guy Haarscher Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica)
Jeremy Sarkin Universidade de Western Cape (África do Sul)
João Batista Costa Saraiva Juizado Regional da Infância e da Juventude de Santo Ângelo/RS (Brasil)
José Reinaldo de Lima Lopes Universidade de São Paulo (Brasil)
Juan Amaya Castro Universidade de Amsterdam (Países Baixos)/ Universidade para a Paz (Costa Rica)
Lucia Dammert Consórcio Global para a Transformação da Segurança (Chile)
Luigi Ferrajoli Universidade de Roma (Itália)
Luiz Eduardo Wanderley Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
Malak El-Chichini Poppovic Conectas Direitos Humanos (Brasil)
Maria Filomena Gregori Universidade de Campinas (Brasil)
Maria Hermínia Tavares Almeida Universidade de São Paulo (Brasil)
Miguel Cillero Universidade Diego Portales (Chile)
Mudar Kassis Universidade Birzeit (Palestina)
Paul Chevigny Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Philip Alston Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Roberto Cuéllar M. Instituto Interamericano de Direitos Humanos (Costa Rica)
Roger Raupp Rios Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)
Shepard Forman Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Victor Abramovich Universidade de Buenos Aires (Argentina)
Victor Topanou Universidade Nacional do Benin (Benin)
Vinodh Jaichand Centro Irlandês de Direitos Humanos, Universidade Nacional da Irlanda (Irlanda)

SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos é uma revista semestral, publicada em inglês, português e espanhol pela Conectas Direitos Humanos. Está disponível na internet em <<http://conectas.org/pt/acoes/sur>>.

SUR está indexada nas seguintes bases de dados: IBSS (International Bibliography of the Social Sciences); ISN Zurich (International Relations and Security Network); DOAJ (Directory of Open Access Journals) e SSRN (Social Science Research Network). Além disso, Revista Sur está disponível nas seguintes bases comerciais: EBSCO e HEINonline, ProQuest e Scopus. SUR foi qualificada como A1 (Colômbia) e A2 (Qualis, Brasil).

SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.1, n.1, jan.2004 – São Paulo, 2004 - .

Semestral

ISSN 1806-6445

Edições em Inglês, Português e Espanhol.

1. Direitos Humanos 2. ONU I. Rede Universitária de Direitos Humanos

Direitos Humanos em Movimento

SUMÁRIO

LUCIA NADER, JUANA KWEITEL, & MARCOS FUCHS	7	Apresentação
PERFIL DE PEDRO PAULO POPPOVIC	11	“Não criamos a Revista Sur porque tínhamos certezas, mas porque estávamos cheios de dúvidas”
MALAK EL-CHICHINI POPPOVIC E OSCAR VILHENA VIEIRA	17	Perspectivas sobre o movimento internacional de direitos humanos no século XXI: As respostas mudam
LINGUAGEM		
SARA BURKE	27	O que uma época de protestos globais diz a respeito da eficácia dos direitos humanos como linguagem para alcançar mudanças sociais
VINODH JAICHAND	37	Após o estabelecimento de normas de direitos humanos, o que virá a seguir?
DAVID PETRASEK	47	Tendências globais e o futuro da defesa e promoção dos direitos humanos
SAMUEL MOYN	61	O futuro dos direitos humanos
STEPHEN HOPGOOD	71	Desafios para o Regime Global de Direitos Humanos: Os direitos humanos ainda são uma linguagem eficaz para a mudança social?
EMILIO ÁLVAREZ ICAZA	81	Os direitos humanos como meio eficaz para produzir mudanças sociais
ENTREVISTA COM RAQUEL ROLNIK	85	Sistema de Procedimentos Especiais da ONU é “controlado para não ter efeito”
ENTREVISTA COM PAULO SÉRGIO PINHEIRO	95	“Fora dos direitos humanos não vejo solução para atender às vítimas”
ENTREVISTA COM KUMI NAIDOO	101	“O Estado de Direito consolidou todas as injustiças que existiam antes dele”
TEMAS		
JANET LOVE	109	Estariamos despolitizando o poder econômico? A deliberada irresponsabilidade corporativa e a resposta burocrática dos defensores de direitos humanos
PHIL BLOOMER	119	Os direitos humanos são uma ferramenta eficaz para a mudança social?: Uma perspectiva sobre direitos humanos e empresas
GONZALO BERRÓN	127	Poder econômico, democracia e direitos humanos. Um novo debate internacional sobre direitos humanos e empresas
DIEGO LORENTE PÉREZ DE EULATE	137	Problemas e desafios das organizações e redes de migrações e direitos humanos na Mesoamérica
GLORIA CAREAGA PÉREZ	147	A proteção dos direitos LGBTI, um panorama incerto

ARVIND NARRAIN **155** Brasil, Índia, África do Sul:
Constituições transformadoras e seu papel nas lutas LGBT

SONIA CORRÊA **171** Potências emergentes: Seria a sexualidade e os direitos humanos um assunto secundário?

CLARA SANDOVAL **185** Justiça de transição e mudança social

PERSPECTIVAS

NICOLE FRITZ **197** Litígio em direitos humanos na África Austral: Dificuldades em rebater opinião pública prevalecente

MANDIRA SHARMA **205** Pondo as leis em funcionamento: Experiências do *Advocacy Forum* na prevenção da tortura no Nepal

MARIA LÚCIA DA SILVEIRA **219** Direitos humanos e mudanças sociais em Angola

SALVADOR NKAMATE **225** A luta pela afirmação dos direitos humanos em Moçambique: Os avanços e os retrocessos

HARIS AZHAR **233** A luta pelos direitos humanos na Indonésia: Avanços internacionais, impasses internos

HAN DONGFANG **243** Vislumbrando um futuro democrático na China

ANA VALÉRIA ARAÚJO **253** Desafios de sustentabilidade da agenda de direitos humanos no Brasil

MAGGIE BEIRNE **263** Estaríamos jogando fora o bebê com a água do banho? A dinâmica Norte-Sul na perspectiva do trabalho em direitos humanos na Irlanda do Norte

ENTREVISTA COM MARÍA-I. FAGUAGA IGLESIAS **271** "As particularidades de Cuba nem sempre são identificadas ou compreendidas pelos ativistas de direitos humanos de outros países"

VOZES

FATEH AZZAM **279** Por que devemos ter que "representar" alguém?

MARIO MELO **289** Vozes da selva no estrado da Corte Interamericana de Direitos Humanos

ADRIAN GURZA LAVALLE **299** ONGs, direitos humanos e representação

JUANA KWEITEL **311** Experimentação e inovação em matéria de prestação de contas nas organizações de direitos humanos da América Latina

PEDRO ABRAMOVAY E HELOISA GRIGGS **329** Minorias democráticas em democracias do século 21

JAMES RON, DAVID CROW E SHANNON GOLDEN **343** Familiaridade com direitos humanos e *status* socioeconômico: Um estudo sobre quatro países

CHRIS GROVE **363** Construindo um movimento global para tornar direitos humanos e justiça social uma realidade para todos

ENTREVISTA COM MARY LAWLOR E ANDREW ANDERSON **375** "O papel das organizações internacionais deve ser apoiar os defensores locais"

FERRAMENTAS

- | | | |
|---|------------|--|
| GASTÓN CHILLIER E
PÉTALLA BRANDÃO TIMO | 385 | O movimento global de direitos humanos no século XXI: Reflexões sob a perspectiva de uma ONG nacional de direitos humanos do Sul |
| MARTIN KIRK | 397 | Sistemas, cérebros e lugares silenciosos: Reflexões sobre o futuro das campanhas de direitos humanos |
| ROCHELLE JONES, SARAH
ROSENHEK E ANNA TURLEY | 411 | Organização de "apoio ao movimento": A experiência da Associação para os Direitos das Mulheres e o Desenvolvimento (AWID) |
| ANA PAULA HERNÁNDEZ | 423 | Apoiando organizações locais: O trabalho do Fundo para os Direitos Humanos Globais no México |
| MIGUEL PULIDO JIMÉNEZ | 433 | Ativismo em direitos humanos em tempos de saturação cognitiva. Falemos de ferramentas |
| MALLIKA DUTT E NADIA RASUL | 441 | Conscientização digital: Uma análise das oportunidades e dos riscos enfrentados pelos ativistas de direitos humanos na era digital |
| SOPHEAP CHAK | 453 | Influência das novas tecnologias de informação e comunicação no ativismo no Camboja |
| SANDRA CARVALHO E
EDUARDO BAKER | 465 | Experiências de litígio estratégico no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos |
| ENTREVISTA COM
FERNAND ALPHEN | 477 | "Desçam do pedestal" |
| ENTREVISTA COM MARY KALDOR | 485 | "As ONGs não são a mesma coisa que sociedade civil, mas algumas ONGs têm o papel de facilitadoras" |
| ENTREVISTA COM LOUIS BICKFORD | 491 | Convergência para o Centro Global: "Quem define a agenda global de direitos humanos e como" |

MULTIPOLARIDADE

- | | | |
|--|------------|---|
| LUCIA NADER | 499 | Organizações sólidas em um mundo líquido |
| KENNETH ROTH | 507 | Por que acolhemos parcerias em direitos humanos |
| CÉSAR RODRÍGUEZ-GARAVITO | 515 | O futuro dos direitos humanos: Do controle à simbiose |
| DHANANJAYAN SRISKANDARAJAH
E MANDEEP TIWANA | 529 | Rumo a uma sociedade civil multipolar |
| ENTREVISTA COM EMILIE M.
HAFNER-BURTON | 537 | "Evitar o uso do poder seria devastador para os direitos humanos" |
| ENTREVISTA COM MARK
MALLOCH-BROWN | 545 | "Hoje somos um mundo extremamente multipolar, mas não somente composto por Estados-nação" |
| ENTREVISTA COM SALIL SHETTY | 551 | "Organizações de direitos humanos devem colocar mais o pé no chão" ou como perdemos o bonde |
| ENTREVISTA COM
LOUISE ARBOUR | 559 | "A solidariedade Norte-Sul é fundamental" |

APRESENTAÇÃO



DIREITOS HUMANOS EM MOVIMENTO: UM MAPA PARA O FUTURO DE UM MOVIMENTO

Lucia Nader (Diretora Executiva, Conectas)
Juana Kweitel (Diretora de Programas, Conectas)
Marcos Fuchs (Diretor Adjunto, Conectas)

A **Revista Sur** foi criada há dez anos como um veículo para aprofundar e fortalecer os vínculos entre acadêmicos e ativistas do Sul Global interessados em direitos humanos, com o objetivo de amplificar suas vozes e sua participação em organizações internacionais e debates acadêmicos. Nossa principal motivação era o fato de que, especialmente no Hemisfério Sul, os acadêmicos estavam trabalhando sozinhos e havia pouquíssimo intercâmbio entre pesquisadores de diferentes países. O objetivo da revista tem sido proporcionar aos indivíduos e organizações que trabalham na defesa dos direitos humanos, pesquisas, análises e estudos de caso que aliem rigor acadêmico e questões de interesse prático. Estas metas ambiciosas foram atingidas com êxito, de diversas maneiras: na última década, publicamos artigos de dezenas de países sobre questões tão diversas como saúde e acesso ao tratamento médico, justiça transicional, mecanismos regionais e informação e direitos humanos, para citar alguns exemplos. Publicado em três idiomas e disponível gratuitamente on-line e impresso, nosso projeto também continua a ser o único em termos de alcance geográfico, perspectiva crítica e por seu 'sotaque' do Sul. Em homenagem ao editor fundador da revista, **Pedro Paulo Poppovic**, este 20º número conta em sua abertura com uma biografia (escrita por João Paulo Charleaux) deste sociólogo que tem sido um dos principais responsáveis pelo sucesso desta publicação.

Em diversos aspectos, esta última década também foi um sucesso para o movimento de direitos humanos como um todo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 60 anos recentemente, novos tratados internacionais foram adotados e os antigos, mas bons sistemas globais e regionais de monitoramento estão em pleno funcionamento, apesar das críticas em relação à sua eficácia e as tentativas por parte dos Estados de coibir seus poderes. A partir de uma perspectiva estratégica, continuamos a usar, com certo sucesso, *advocacy*, litígio estratégico e estratégias de nomear e envergonhar (*'naming and shaming'*) como nossas principais ferramentas de mudança. Além disso, continuamos a cultivar parcerias entre as organizações que classificamos como locais, nacionais e internacionais dentro do movimento.

No entanto, as **coordenadas políticas e geográficas**, nas quais o movimento global de direitos humanos tem operado, têm sofrido profundas alterações. Ao longo da última década, presenciamos a tomada das ruas por centenas de milhares de pessoas para protestar contra injustiças sociais e políticas. Vimos também as potências emergentes do Sul desempenharem um papel cada vez mais influente na definição da agenda global de direitos humanos. Ademais, nos últimos dez anos temos visto o rápido crescimento das redes sociais como ferramenta de mobilização e como um fórum privilegiado para o compartilhamento de informações políticas entre os usuários.

Em outras palavras, a Revista publica seu 20º número em um cenário bastante diferente daquele de dez anos atrás. Os protestos que recentemente encheram as ruas de muitos países ao redor do mundo, por exemplo, não foram organizados por movimentos sociais tradicionais, nem por sindicatos ou ONGs de direitos humanos, e as demandas das pessoas foram frequentemente expressas em termos de justiça social e não de direitos. Isto quer dizer que os direitos humanos não são mais vistos como uma linguagem eficaz à produção de mudança social? Ou que as organizações de direitos humanos têm perdido parte de sua capacidade de representar os cidadãos injustiçados? As próprias potências emergentes, apesar de sua influência internacional recém-adquirida, dificilmente foram capazes - ou tiveram vontade - de assumir posições que diferem substancialmente daquelas adotadas pelas potências "tradicionais". Como e onde as organizações de direitos humanos defendem mudanças? As ONGs sediadas no Sul estão em uma posição privilegiada para fazer isso? As ONGs com sede nas potências emergentes também têm ganhando influência em fóruns internacionais?

Precisamente com o intuito de refletir sobre estas e outras questões prementes, os editores da SUR decidiram contar, no presente 20º número, com a ajuda de mais de 50 ativistas de direitos humanos de renome e acadêmicos de 18 países, do Equador ao Nepal, da China aos EUA. Pedimos que eles refletissem sobre o que consideramos algumas das questões mais urgentes e relevantes enfrentadas pelo movimento global de direitos humanos na atualidade: 1. Quem representamos? 2. Como podemos combinar questões urgentes com impactos a longo prazo? 3. Os direitos humanos ainda são uma linguagem eficaz à produção de mudança social? 4. Como as novas tecnologias de informação e comunicação têm influenciado o ativismo? 5. Quais são os desafios de trabalhar internacionalmente a partir do Sul?

O resultado, que agora você tem em suas mãos, é um mapa para o movimento global de direitos humanos no século 21 - que oferece um ponto de vista excepcional do qual é possível observar onde o movimento está na atualidade e para onde ele está caminhando. A primeira parada neste roteiro é uma reflexão sobre essas questões por parte dos diretores fundadores da Conectas Direitos Humanos, **Oscar Vilhena Vieira e**

Malak El-Chichini Poppovic. O roteiro continua sua jornada e inclui entrevistas e artigos, ambos fornecendo análises em profundidade sobre as questões de direitos humanos, bem como notas de campo, descrições mais personalizadas de experiências de trabalho com direitos humanos, que organizamos em seis categorias, embora a maioria delas poderia, sem dúvida, ser alocada em mais de uma categoria:

Linguagem. Nesta seção, incluímos artigos que refletem sobre a questão se os direitos humanos - como utopia, normas e instituições - ainda são eficazes à produção de mudanças sociais. Nesta seção, as contribuições variam de análises sobre os direitos humanos como uma linguagem à mudança (**Stephen Hopgood e Paulo Sérgio Pinheiro**), pesquisas empíricas sobre o uso da linguagem de direitos humanos para articular queixas em grandes protestos recentes (**Sara Burke**), a reflexões sobre o papel normativo e eficácia das instituições internacionais de direitos humanos (**Raquel Rolnik, Vinodh Jaichand e Emilio Álvarez Icaza**). A seção também conta com estudos sobre as tendências globais da evolução do movimento (**David Petrasek**), desafios à ênfase do movimento na proteção do Estado de Direito (**Kumi Naidoo**) e propostas estratégicas para melhor garantir um compromisso entre utopia e realismo em relação aos direitos humanos (**Samuel Moyn**).

Temas. Nesta seção incluímos contribuições que abordam temas específicos de direitos humanos de um ponto de vista original e crítico. Quatro temas foram analisados: poder econômico e responsabilidade corporativa por violações de direitos humanos (**Phil Bloomer, Janet Love e Gonzalo Berrón**); políticas sexuais e direitos LGBTI (**Sonia Corrêa, Gloria Careaga Pérez e Arvind Narrain**); migração (**Diego Lorente Pérez de Eulate**); e, por último, justiça de transição (**Clara Sandoval**).

Perspectivas. Esta seção abrange temas específicos de cada país, principalmente notas de ativistas de direitos humanos em campo. Essas contribuições vêm de diversos locais como Angola (**Maria Lúcia da Silveira**), Brasil (**Ana Valéria Araújo**), Cuba (**María-I. Faguaga Iglesias**), Indonésia (**Haris Azhar**), Moçambique (**Salvador Nkamate**) e Nepal (**Mandira Sharma**). Mas todas compartilham uma perspectiva crítica sobre os direitos humanos, incluindo, por exemplo, uma visão cética sobre a relação entre o litígio e a opin-

ião pública na África do Sul (**Nicole Fritz**), uma visão provocativa sobre o futuro democrático da China e sua relação com os direitos trabalhistas (**Han Dongfang**), e uma análise instigante da dualidade Norte-Sul a partir da Irlanda do Norte (**Maggie Beirne**).

Vozes. Nesta seção, os artigos abordam o cerne da questão de quem o movimento mundial de direitos humanos representa. **Adrian Gurza Lavalle** e **Juana Kweitel** destacam a pluralização da representação e formas inovadoras de responsabilização adotadas por ONGs de direitos humanos. Outros autores estudam a pressão por mais representação ou uma voz mais forte nos mecanismos internacionais de direitos humanos (como no Sistema Interamericano, relatado por **Mario Melo**) e nas instituições de representação, como legislaturas nacionais (analisadas por **Pedro Abramovay** e **Heloisa Griggs**). Por sua vez, **Chris Grove**, bem como **James Ron**, **David Crow** e **Shannon Golden** enfatizam, em suas contribuições, a necessidade de um link entre as ONGs de direitos humanos e grupos de base, incluindo populações economicamente desfavorecidas. Como contraponto, **Fateh Azzam** questiona a necessidade dos ativistas de direitos humanos representar alguém, discordando da crítica que as ONGs são excessivamente dependentes dos financiadores. Por fim, **Mary Lawlor** e **Andrew Anderson** descrevem os esforços feitos por uma organização do Norte para atender as necessidades dos defensores locais de direitos humanos como eles, e mais ninguém, as definem.

Ferramentas. Nesta seção, os editores incluíram contribuições que tratam dos instrumentos utilizados pelo movimento global de direitos humanos na realização de seu trabalho. Isso inclui um debate sobre o papel da tecnologia na promoção de mudanças (**Mallika Dutt** e **Nadia Rasul**, bem como **Sopheap Chak** e **Miguel Pulido Jiménez**) e perspectivas sobre os desafios das campanhas de direitos humanos, o que é analisado de forma provocativa por **Martin Kirk** e **Fernand Alphen** em suas respectivas contribuições. Outros artigos apontam à necessidade das organizações serem mais fundamentadas em contextos locais, como observado por **Ana Paula Hernández** em relação ao México, por **Louis Bickford** no que ele considera como uma convergência ao Centro Global, e, por fim, por **Rochelle Jones**, **Sarah Rosenhek** e **Anna Turley** em seu modelo de movimento de

apoio. Além disso, é destacado por **Mary Kaldor** que as ONGs não são o mesmo que a sociedade civil, propriamente dita. Ademais, ações de litígio e de atuação internacional são analisadas criticamente por **Sandra Carvalho** e **Eduardo Baker** tratando inclusive do dilema entre estratégias de longo e curto prazo no sistema interamericano. Por fim, **Gastón Chillier** e **Pétalla Brandão Timo** analisam a cooperação Sul-Sul do ponto de vista de uma ONG nacional de direitos humanos na Argentina.

Multipolaridade. Nesta seção, os artigos desafiam nossas formas de pensar sobre poder no mundo multipolar em que vivemos atualmente, com contribuições dos diretores de algumas das maiores organizações internacionais de direitos humanos de todo o mundo com sede no Norte (**Kenneth Roth** e **Salil Shetty**) e no Sul (**Lucia Nader**, **César Rodríguez-Garavito**, **Dhananjayan Sriskandarajah** e **Mandeep Tiwana**). Esta seção também discute o que significa multipolaridade em relação aos Estados (**Emilie M. Hafner-Burton**), organizações internacionais e da sociedade civil (**Louise Arbour**) e empresas (**Mark Malloch-Brown**).

Conectas espera que este número fomente o debate sobre o futuro do movimento global de direitos humanos no século 21, permitindo que ele se reinvente como é necessário para oferecer uma melhor proteção aos direitos humanos no terreno.

Gostaríamos de enfatizar que este número da Revista Sur só foi possível graças ao apoio da Fundação Ford, Open Society Foundations, Oak Foundation, Sigrid Rausing Trust, International Development Research Centre (IDRC, na sigla em inglês) e Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA, no original em inglês).

A Conectas Direitos Humanos é especialmente grata pela colaboração dos autores e da equipe da organização, especialmente de **Laura Dauden**, **João Paulo Brito** e **Laura Waisbich**. Também gostaríamos de agradecer a **Maria Brant** e **Manoela Miklos** por conceber este número e pela a realização da maioria das entrevistas, e a **Thiago Amparo** por se juntar à equipe editorial e tornar este número possível. Por fim, mas não menos importante, somos extremamente gratos a **Luz González** por seu incansável trabalho de edição das contribuições recebidas, e a **Ana Cernov** pela coordenação do processo editorial como um todo. Obrigado a todos e todas!



sur

Direitos Humanos em Movimento

Linguagem

SARA BURKE

O que uma época de protestos globais diz a respeito da Eficácia dos direitos humanos como linguagem para alcançar mudanças sociais

VINODH JAICHAND

Após o estabelecimento de normas de direitos humanos, o que virá a seguir?

DAVID PETRASEK

Tendências globais e o futuro da defesa e promoção dos direitos humanos

SAMUEL MOYN

O futuro dos direitos humanos

STEPHEN HOPGOOD

Desafios para o Regime Global de Direitos Humanos: Os direitos humanos ainda são uma linguagem eficaz para a mudança social?

EMILIO ÁLVAREZ ICAZA

Os direitos humanos como meio eficaz para produzir mudanças sociais

ENTREVISTA COM RAQUEL ROLNIK

Sistema de Procedimentos Especiais da ONU é
"controlado para não ter efeito"

ENTREVISTA COM PAULO SÉRGIO PINHEIRO

"Fora dos direitos humanos não vejo solução para atender às vítimas"

ENTREVISTA COM KUMI NAIDOO

"O Estado de Direito consolidou todas as injustiças que existiam antes dele"



RAQUEL ROLNIK

Urbanista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil, Raquel Rolnik foi diretora de Planejamento da Cidade de São Paulo (1989-1992), coordenadora da área de urbanismo da organização não governamental Instituto Pólis (1997-2002) e secretária nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades (2003-2007), além de ser autora de diversos livros e artigos sobre a questão urbana e a luta por

direito à moradia adequada. Rolnik foi, por dois mandatos, Relatora Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia Adequada, e concedeu a entrevista a seguir à Conectas poucas semanas antes de encerrar seu período de seis anos à frente da relatoria.

Na conversa com a Conectas, a urbanista reflete sobre a experiência na ONU, que considera ter sido “absolutamente incrível”, mas que também permitiu que vivenciasse de perto as limitações do sistema dos procedimentos especiais – ou relatores e especialistas – do Conselho de Direitos Humanos, o qual classifica como “um sistema controlado para não ter efeito”.

Para ela, o uso da “linguagem cifrada” dos direitos humanos e o bloqueio, na prática, ao recebimento de denúncias fazem com que o trabalho dos relatores fique limitado a um pequeno círculo especializado. “É um sistema controlado para não ser conhecido universalmente. É um sistema controlado para não gerar grandes debates públicos. É pensado para ficar no interior do círculo dos direitos humanos.”

Tal constatação estimulou a urbanista a expandir o rol de temas explorados pela relatoria para além de questões “tradicionais” de direitos humanos, incluindo questões presentes na agenda pública do momento, tais como a financeirização da moradia e o impacto de megaeventos sobre o direito à moradia. Rolnik também rompeu com a tradição ao visitar não apenas países em desenvolvimento, mas também os Estados Unidos e o Reino Unido – iniciativa que lhe rendeu duros ataques pessoais.

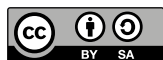
Além disso, afirma, o grande fator de decisão no Conselho de Direitos Humanos são os interesses geopolíticos. “Em muitas situações que vivi, era muito mais importante a geopolítica Norte-Sul do que o conteúdo que estávamos discutindo; era totalmente irrelevante o conteúdo discutido, o que era importante era como os países se alinhavam.”

Além de limites institucionais ao seu trabalho, Rolnik detecta nas últimas tendências históricas – nomeadamente a financeirização do capital e a perda de poder dos Estados – uma crise do próprio Estado Democrático de Direito como modelo de representação política e, conseqüentemente, da própria linguagem dos direitos humanos, centrada na responsabilização dos Estados e no caráter individual dos direitos. Isso não significa, porém, afirma a urbanista, que os direitos humanos perderam sua relevância. Para ela, tais direitos ainda têm um papel importante como instrumento de resistência à ordem econômica e “à própria ideia de hegemonia da propriedade individual e do liberalismo”.

Leia a seguir a entrevista completa com Rolnik, em que a urbanista comenta assuntos como o conceito de direito à cidade e sua experiência como alvo dos tabloides britânicos.

Original em português.

Entrevista realizada em março de 2014 por Maria Brant (Conectas Direitos Humanos)



Este artigo é publicado sob a licença de *creative commons*.

Este artigo está disponível *online* em <<http://conectas.org/pt/acoecs/sur>>.

ENTREVISTA

SISTEMA DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DA ONU É “CONTROLADO PARA NÃO TER EFEITO”

Entrevista com Raquel Rolnik

Conectas Direitos Humanos: Em um estudo sobre manifestações recentes, conforme releva Sara Burke neste número da Revista, pesquisadores da Friedrich Ebert Stiftung (FES) e da Universidade de Columbia chegaram a algumas conclusões interessantes. Uma delas é a de que, nesses protestos, as demandas (grievances) têm sido muito mais frequentemente expressas em termos de justiça econômica do que em termos de direitos, incluindo a demanda por moradia. Outra é a de que o perfil dos manifestantes se ampliou muito, diminuindo significativamente a proporção de manifestantes “tradicionais” (sindicatos, ativistas de ONGs etc.) em relação a cidadãos que não costumavam se engajar politicamente, principalmente naqueles protestos dirigidos à “falta de democracia/representatividade ‘real’”.

Raquel Rolnik: Estes manifestantes estão questionando qual é o modelo adequado para dar conta da representação política dos cidadãos. Principalmente porque, universalmente, o modelo de democracia representativa está totalmente capturado pelo poder econômico. Ao mesmo tempo em que o capitalismo globalizado se transforma na linguagem predominante das relações econômicas entre as pessoas – e no capitalismo claramente manda mais quem tem mais dinheiro –, paralelamente, com a própria globalização, o poder dos Estados para controlar esse processo começa a ser cada vez mais limitado. Na fase mais recente do capitalismo, que é o processo de hegemonia das finanças, o capitalismo financeiro, ou a financeirização do capitalismo, isso ainda é mais radical. Então me parece que os protestos que estão ocorrendo no mundo inteiro, apesar de terem pautas específicas e terem de ser pensados a partir das experiências históricas de cada país, têm claramente mostrado os sinais de esgotamento desse modelo, tanto do modelo de representação política quanto do próprio modelo de organização econômica.

Evidentemente, contudo, é um modelo de representação que foi formulado e foi sendo desenvolvido, do ponto de vista operacional, durante centenas de anos. E as utopias que se contrapuseram a esse modelo, como a utopia do socialismo e a do comunismo, também foram experimentadas, e também hoje já temos elementos fortes para criticá-las. Os modelos de democracia representativa que temos demoraram anos para se desenvolverem e serem experimentados. Assim, também vai demorar para que novas utopias sejam formuladas e amadurecidas

através de práticas reais. Não é que a ideia de outra sociedade, com outro modelo, vá ser formulada imediatamente. É um processo que vai demorar um bom tempo.

Conectas: E dentro desse cenário, você acha que a linguagem dos direitos é uma linguagem ainda legítima? Pode, ainda, ser eficaz para trazer justiça social? Você falou, por exemplo, sobre o papel do Estado ser limitado diante de um mundo em que as finanças predominam – e, na linguagem dos direitos humanos, o responsável é sempre o Estado, certo?

R.R.: Trago três questões do meu aprendizado recente com os direitos humanos, na minha experiência como relatora nesses seis anos de trabalho.

Em primeiro lugar, a construção dos direitos humanos tem um paralelo com a construção da ideia de Estado Democrático de Direito. Temos uma crise do Estado Democrático de Direito como modelo ideal e referencial de representação dos cidadãos, e a questão dos direitos humanos vai junto, porque é parte integrante disso. Uma das dimensões disso é justamente a perda do poder do Estado – que é o responsável fundamental pelos direitos humanos.

A segunda dimensão que me parece também estar em xeque quanto aos direitos humanos é que esses direitos – e a forma com que foram formulados no momento em que aconteceu a Declaração Universal, nos seus pactos e no seu desenvolvimento a partir dali – estão muito ligados à ideia liberal: o direito do humano como indivíduo, o poder do indivíduo. É quase como se o direito fosse uma propriedade privada do indivíduo. Isso tem uma relação muito forte com a questão da propriedade privada, com o modelo de propriedade privada no sistema capitalista. É claro que os direitos econômicos, sociais e culturais, a toda hora, tensionam para isso, afirmando os direitos coletivos e comuns, mas tudo isso – a liberdade individual, o poder de voto – está muito fortemente estruturado em cima da ideia de indivíduo, que é um pilar fundamental dessa concepção de Estado Democrático de Direito.

E, finalmente, na prática, os direitos humanos, assim como todo o resto das questões entre Estados no âmbito internacional, são muito atravessados pela geopolítica. Em muitas situações que vivi, era muito mais importante a geopolítica Norte-Sul do que o conteúdo que estávamos discutindo; era totalmente irrelevante o conteúdo discutido; importante era como os países se alinhavam. Há um grupo de países no Conselho [de Direitos Humanos da ONU] cujo único discurso é dizer “não”. Considerando a hegemonia histórica, ideológica e política da Europa e da América do Norte sobre o mundo – ideológica inclusive no campo dos direitos humanos (as principais ONGs internacionais vêm dali, a principal atuação vem dali, a formulação vem dali, o discurso de defesa dos direitos humanos vem dali) –, o Sul reage anti-Norte. Ao reagir anti-Norte, é como se estivesse reagindo anti-direitos humanos, mas não é! O tempo inteiro observava-se essa dualidade operando no Conselho de Direitos Humanos: países dominantes e hegemônicos *versus* países do Sul. E aí, na prática – com a crise econômica da Europa, com a emergência de novas potências como a China, os BRICS – essa geopolítica é quebrada, por mais que uma parte dos BRICS tenha atitudes “imperialistas” na medida em que agora reproduzam nos mercados africanos, por exemplo, aquilo que os países do Norte faziam nos mercados latino-americanos no passado. Mas ainda persiste [essa resistência do Sul ao Norte]: o imperialismo, o colonialismo não foram uma ficção, aconteceram de fato, e [essa experiência] é muito forte na constituição dos Estados nacionais. Os direitos humanos acabaram sendo capturados por tudo isso.

Mas há o outro lado: trabalhando como relatora para a moradia adequada eu

percebi o quanto os direitos também podem servir nas ações de resistência à essa ordem econômica, à própria ideia de hegemonia da propriedade individual e do liberalismo. Esta é uma leitura que eu faço a partir da minha experiência no campo do direito à moradia adequada, que é um campo dos direitos econômicos, sociais e culturais, e acompanhando os direitos à alimentação e à água e a relatoria da pobreza e da saúde, que foram os relatores com quem eu tive mais proximidade – eu percebi que isso era verdadeiro também para eles. Comunidades resistem. Meu último trabalho, como relatora das Diretrizes sobre Segurança da Posse para os Pobres Urbanos, questiona profundamente a ideia de que a propriedade individual é a mais segura, é aquilo que se deve almejar, e entra muito mais numa seara pluralista do ponto de vista jurídico, de um pluralismo de formas de propriedade, de um pluralismo de formas de relação de indivíduos com território, e que levaria, no limite, se eu fosse pensar filosoficamente, a um pluralismo de formas de organização social e política também.

Conectas: Você acha que, também nesse cenário, o direito à cidade (que ainda não está constituído como parte dos direitos humanos) seria uma forma de aliar esse pluralismo de necessidades?

R.R.: O direito à cidade é uma noção que vem sendo trabalhada no campo da Sociologia e da Ciência Política urbana desde o [Henri] Lefebvre e renovada a partir do David Harvey e do Peter Marcuse, que retomaram a ideia do direito à cidade na contemporaneidade. Do ponto de vista dos direitos humanos, uma das principais redes de organização da sociedade civil, a *Habitat International Coalition*, que tem relações fortes com movimentos sociais e também relações com ONGs nesse campo, tem trabalhado a discussão do direito à cidade como um direito humano.

Eu passei seis anos trabalhando com direito à moradia e, do meu ponto de vista, o conceito de direito à moradia adequada é do direito à cidade, é o direito à cidade. Se lermos os instrumentos formais, desde a Declaração Universal, o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e principalmente os Comentários Gerais da ONU, e depois o conjunto de relatórios temáticos e resoluções apresentados pelo Miloon Kothari, e pelo meu próprio trabalho na sequência, veremos que o conceito de moradia adequada não é o direito à casa. Não se trata de quatro paredes e um teto, mas de um lugar no território a partir do qual você pode acessar os demais direitos: o direito à educação, o direito à saúde, o direito à proteção, o direito à liberdade de expressão, o direito à não discriminação. É o direito à cidade, no espaço urbano. Evidentemente, também é o campo do direito dos grupos mais vulneráveis às violações dos direitos humanos. Dentro desse grupo, os direitos daqueles nos assentamentos informais e irregulares, os assentamentos dos pobres urbanos, que têm uma ambiguidade em relação à sua pertinência na cidade, são dos mais violados – as favelas e as ocupações etc. Mas essas violações não se restringem a esses grupos. Acabamos de ver, numa crise hipotecária, imobiliária, o quanto a liberdade individual estava submetida a uma condição de absoluta insegurança para os espanhóis, irlandeses, norte-americanos que perderam suas casas em função das execuções hipotecárias [*foreclosure*] e viraram sem teto.

Conectas: Sua relatoria foi, aliás, marcada por um fato muito interessante: as organizações de direitos humanos criticam muito a questão da seletividade entre os relatores – no Conselho de Direitos Humanos, principalmente. E você visitou, como relatora, os Estados Unidos, o Reino Unido, onde você foi...

R.R.: Atacada!

Conectas: Sim, gostaria que você falasse um pouco sobre isso.

R.R.: A estratégia que eu adotei na relatoria foi por querer. Não foi sem querer. Desde o início, eu tinha absoluta certeza de que deveria, na minha atuação como relatora, promover um equilíbrio, não só entre regiões, visitando países de diferentes regiões, da Europa Ocidental, da Ásia, da África, da América Latina, da América do Norte – e nesse quesito eu me frustrei um pouco, por ter feito menos África e Ásia do que eu gostaria –, mas também entre países desenvolvidos e países menos desenvolvidos.

Isso era minha estratégia inicial, mas o que aconteceu? No começo do meu mandato, pra minha sorte ou meu azar, estourou a crise imobiliária/hipotecária nos Estados Unidos. Eu comecei o mandato em 2008, e a crise estourou no final de 2008, começo de 2009. Então, imediatamente, quis fazer uma missão nos Estados Unidos, por ver que havia milhares de pessoas perdendo suas casas e indo para a rua. Ao estudar os Estados Unidos e o que aconteceu lá, eu comecei, tematicamente, a acompanhar a crise financeira e o seu efeito sobre o direito à moradia. Aí eu descobri o mundo. Descobri que o modelo hegemônico estava se impondo sobre o conjunto do planeta e gerando aquela crise e – à medida que eu ia passando pelos países - várias crises. E, nesse sentido, era muito importante ir à Inglaterra, porque a Inglaterra e os Estados Unidos foram os formuladores desse modelo hegemônico da mercantilização, da financeirização da moradia.

Eu trabalhei muito o tema da financeirização da moradia exatamente porque peguei o momento da crise. Isso marcou muito a relatoria, foi muito importante para a relatoria. E isso, de alguma maneira, sacudiu a relação Norte-Sul dentro do Conselho, e, para mim, deu uma visão muito mais ampla do processo.

Mas até hoje – discutindo a resolução que será votada pelo Conselho, renovando o mandato de relatora para moradia e comentando a segurança da posse – sinto que há uma pressão, como se o problema de moradia ainda fosse um problema só dos países pobres, puramente uma questão de ter dinheiro para construir casas.

Embora a minha experiência tenha sido absolutamente incrível, e acho que o sistema dos procedimentos especiais da ONU tem uma importância, este é um sistema totalmente controlado. É um sistema controlado para não ter efeito. É um sistema controlado para não ser conhecido universalmente. É um sistema controlado para não gerar grandes debates públicos. É pensado para ficar no interior do círculo dos direitos humanos.

Conectas: Controlado como?

R.R.: Para ficar dentro do Conselho dos Direitos Humanos, das ONGs de direitos humanos, dos grupos de direitos humanos. A própria linguagem, aqueles relatórios, com uma linguagem absolutamente difícil de ser compreendida, uma linguagem cifrada... Por exemplo, o Diálogo Interativo (*Interactive Dialogue*) não tem nada de *Interativo*, muito menos de *Diálogo*. Porque tudo já está predefinido, você só pode ler o que já está escrito, não há conversa.

E eu, o tempo todo, tinha certeza de que a coisa mais importante era sair desse controle, ganhar as ruas, ganhar os corações e as mentes do cidadão comum. Portanto, eu também adotei uma estratégia, proposital, de escolher alguns temas

que já estavam na agenda pública de alguma forma, e trabalhar para tentar oferecer o olhar dos direitos humanos sobre eles. Então, trabalhei com megaeventos e o direito à moradia – que acredito ter sido uma estratégia bem-sucedida, por tudo o que conseguimos fazer com os meios de comunicação no mundo todo – e com a crise financeira. O espaço que tive na imprensa para falar da crise financeira foi nulo (por razões óbvias) e fiz todo um esforço para tentar ampliar; fazer materiais, guias, traduzir folhetos, cartilhas, criar um novo site etc., para ampliá-lo. Nesse sentido, a missão na Inglaterra – que foi uma missão absolutamente polêmica – foi genial, já que a Relatoria do Direito à Moradia Adequada ficou conhecida no mundo inteiro. Ninguém nem sabia que esse negócio existia, e as pessoas passaram a conhecê-la. Embora não tenha sido nada agradável sofrer ataques e agressões pessoais, acho que, do ponto de vista da relatoria, a missão na Inglaterra foi muito positiva.

Conectas: Você acredita que o fato de você ter sido atacada tem relação com o fato de você ter vindo do Sul?

R.R.: Com certeza. Ali se combinaram vários elementos. A primeira grande questão foi que, de forma totalmente independente da minha vontade, a relatoria, desde o primeiro segundo da missão, teve uma grande visibilidade na mídia.

Quando um relator vai fazer uma missão, solta um comunicado de imprensa internacional: “O relator *tal* vai em missão para o país *tal* para examinar o direito à moradia”. Mas ninguém da imprensa fala nada... Esse relator, quando entra no país, está totalmente incógnito.

Já na Inglaterra, no dia seguinte à minha chegada, sai nos principais tabloides que “a ONU manda alguém investigar a *bedroom tax*”,* que era a questão que estava na agenda pública. Evidentemente, eu não estava investigando a *bedroom tax*, estava em missão da relatoria, mas isso foi já no primeiro dia, e desde então a relatoria teve muita visibilidade. Eu não dei entrevistas para a imprensa até o dia da declaração final, mas no dia da declaração toda a imprensa já estava falando disso. Era uma questão política muito cara para o governo, então isso ganhou muito destaque.

A estratégia do governo foi, claramente, a de desqualificar o mensageiro: “*shoot the messenger*”. E como isso foi feito? Aí, operam-se as discriminações históricas. Número um: o fato de eu ser mulher, “*a Brazilian woman*” [uma mulher brasileira]. Uma *mulher!* Dois: latino-americana, brasileira. “*Como uma mulher latino-americana, brasileira, ousa falar de política de moradia num país como a Inglaterra, vindo ela diretamente das favelas do Brasil?*”. Foi uma discriminação muito forte. Depois o embate ideológico, dizendo que sou esquerdista – aí era uma questão puramente ideológica, com esses neoliberais conservadores tentando sugerir certa filiação partidária. Havia ainda outras camadas, como o fato de eu ser judia. O elemento de que meus avós foram assassinados no Holocausto também entrou como elemento de desqualificação. Para mim isso foi absolutamente chocante: mulher brasileira, judia e com simpatias, relações com religião afro-brasileira, que é uma coisa de escravo, preto, africano. Coisa de “gente de segunda classe, preto, africano”. É uma visão colonialista muito forte.

Por sorte, a relatoria teve muito apoio da sociedade civil dentro da Inglaterra. Mas tudo isso foi muito impressionante para mim. Eu não vivi isso em nenhum

*“*Bedroom tax*” refere-se a cortes no benefício social no Reino Unido se for considerado que o beneficiário possui um quarto vago em sua residência [N.E.]

país, e em todos os países fui igualmente incisiva, independente, forte na minha mensagem. A Inglaterra foi o 11º país que visitei.

Conectas: Ainda a respeito da relatoria, especialmente a relação desta com a sociedade civil, como você acha que o mecanismo de ouvir as demandas da sociedade civil ajuda o relator a decidir na investigação?

R.R.: Temos um problema seríssimo no sistema. Há um bloqueio. Só conseguimos operar recebendo denúncias formais, com todas as informações, tudo como deve ser, e em inglês.

Por que só conseguimos operar assim? Por um problema de limitação dos recursos humanos do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU. O que eles têm disponível, em termos de recursos humanos, para trabalhar com os relatores? Na melhor das hipóteses, há um funcionário por relator. Os relatores, como eu, saem por aí procurando montar projetos, como se fossem ONGs, para buscar recursos visando ter mais apoio. Eu tenho uma equipe de apoio à relatoria aqui na universidade, com ajuda de recursos da Ford Foundation hoje e, em outro momento, da Alemanha. Se você não consegue fazer isso, não consegue trabalhar: tem um funcionário apenas. Esse funcionário tem um problema de tempo: ele tem de preparar as missões conosco, tem de arrumar os relatórios de missão, tem de ajudar a fazer os relatórios temáticos etc. Não há tempo para pesquisar denúncias. E há a limitação de idioma: normalmente, [esses funcionários] são pessoas altamente qualificadas, que falam inglês e pelo menos mais um idioma, mas não falam todos que existem.

Temos um problema de capacidade de resposta. Eu recebo denúncias – até porque a relatoria começou a ficar mais conhecida – pelo menos cinco vezes por dia (por dia!), de lugares diferentes, em idiomas diferentes. Eu recebo documentos em russo, em árabe, em português... Porque eu sou brasileira, eu entendo português, mas não consigo processar tudo.

Só as ONGs anglófonas e internacionais, portanto, conseguem furar o bloqueio e chegar nos relatores. Isso é um problema muito sério.

Conectas: E uma vez que você decide realizar uma missão em um país, como é a sua relação com a sociedade civil local? Você estabelece uma relação com organizações?

R.R.: Sim, isso é muito importante. Fomos aprendendo ao longo do tempo. Todas as missões têm duas agendas. Uma agenda é organizada integralmente pelo governo, na qual nós dizemos que queremos visitar esse e aquele ministério, aquela prefeitura, aquela secretaria. E há uma agenda paralela, da qual o governo nem toma conhecimento, que é uma agenda com a sociedade civil.

Com quem organizamos essa agenda com a sociedade civil? Formalmente, procuramos as instituições nacionais de direitos humanos, principalmente aquelas que estão de acordo com os Princípios de Paris, pois são uma referência. Eventualmente, elas também nos ajudam a encontrar situações, casos e instituições.

Fora isso, sempre procuramos as instituições da sociedade civil que trabalham o tema do direito à moradia no país. Fazemos o contato com elas e pedimos que se organizem entre si – como é limitado o tempo de visita, o número de reuniões também é limitado – e que nos acompanhem em visitas de terreno. É fundamental que a agenda não seja só de reuniões, que possamos ir às comunidades.

Normalmente, as visitas às comunidades têm o apoio de organizações da sociedade civil que trabalham com direitos humanos. As melhores missões que fizemos foram aquelas nas quais a sociedade civil se organizou nacionalmente e conseguiu abrir espaço para todos, organizar audiências públicas etc. Nos Estados Unidos, há uma coisa maravilhosa, que são as clínicas jurídicas [*legal clinics*], que foram colhendo testemunhos das pessoas e os transcrevendo. Quando chegávamos a cada cidade, havia uma quantidade incrível de testemunhos já colhidos e transcritos.

A questão número um é esse trabalho prévio, de preparação: quanto mais gente da sociedade civil estiver ativa, melhor vai ser a missão. A questão número dois é dar seguimento à missão [*follow-up*]. Se há uma sociedade civil organizada, o *follow-up* acontece. Se não há uma sociedade civil organizada, você nem consegue realizar a missão direito e, depois da missão, pouco acontece.

Sentimos isso em algumas situações. O caso de Ruanda, por exemplo: eu fui ao país, a visita foi importante, fizemos o que pudemos, mas eu não sei muito bem o que vai acontecer como resultado da minha missão. Dei esse exemplo porque é um lugar onde não há uma sociedade civil organizada que trabalhe com direito à moradia, que já estava trabalhando para nos abrir espaços ali. Evidentemente, é compreensível, por estarmos falando de uma situação pós-genocídio. Não é fácil. Enfim, é diferente dos Estados Unidos, da Argentina, por exemplo, que são nações incríveis do ponto de vista da organização da sociedade civil e do *follow-up*. Dei dois exemplos, mas há muitos outros também.

Uma parte das missões eu realizei porque estava trabalhando com a agenda da financeirização. Outra parte realizei porque estava querendo trabalhar com outros temas, como megaeventos, mudanças climáticas etc. Mas outra parte ainda das missões são agendas do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, que me foram trazidas porque o Alto Comissariado ou determinadas agências da ONU precisavam investigá-las. Foi muito importante. Assim eu desenvolvi um trabalho muito grande com todo o setor humanitário e de reconstrução pós-desastre. Trabalhei muito com as ONGs e com as estruturas da ONU que operam nesses setores. Foi uma história que começou no Haiti e em Israel e na Palestina e que depois virou uma pauta e forjou uma relação muito importante. Foi com as ONGs humanitárias que pensei e discuti uma parte das Diretrizes sobre Segurança da Posse. As ONGs são muito importantes nesse contexto, mas elas não conseguem alcançar todos os lugares, todas as situações.

Conectas: Uma última pergunta, relacionada aos protestos e à percepção de que a sociedade civil, a legitimidade e representatividade das organizações de direitos humanos estão em questão, tanto porque os mecanismos que existem são muito difíceis de serem usados...

R.R.: É! Os mecanismos são muito formais, controlados, trabalhados em código, e todo código é um elemento de comunicação, mas também de exclusão.

Conectas: Sim. Tanto por isso, quanto pelo fato de os últimos protestos que têm acontecido estarem sendo colocados em outros termos – de justiça social mais do que de direitos –, e não estarem sendo organizados por sindicatos ou movimentos sociais. Então, qual é o lugar, na sociedade civil, para o movimento de direitos humanos? Seria um lugar complementar?

R.R.: Eu não estou acompanhando todos os movimentos, apenas alguns, nos quais o tema da moradia e do direito à cidade foram fortes, e acabaram, por conta disso, chegando a mim como relatora.

Algumas ONGs que operam nos direitos humanos acabaram também participando desses espaços e trazendo, traduzindo e reciclando suas próprias agendas a partir do que estava acontecendo, abrindo-se para o que estava acontecendo. No caso do Brasil, por exemplo, há várias organizações. Eu posso dar o exemplo da Justiça Global, uma ONG que está totalmente voltada a essas manifestações e movimentos. É um exemplo de organização que repensa o seu papel e seu lugar a partir daquilo que está acontecendo ali. Na Turquia também: as ONGs que trabalhavam com a relação do direito à moradia protagonizaram os protestos e continuaram usando, na medida do possível, os mecanismos que podiam. Nós, relatores, procuramos também responder a isso e nos colocar em relação a essas questões. Mas temos de tudo no campo das organizações não governamentais do planeta, desde as fundações de responsabilidade social de empresas, que não têm absolutamente nada a ver com direitos humanos, até ONGs mais especializadas. Acho que o que vai acontecer com elas, assim como com os movimentos sociais que já existiam, depende muito destas ONGs e movimentos se reciclarem e se recolocarem.

Que há uma discussão sobre as formas de representação, e que isso inclui uma discussão sobre as próprias formas de organização da sociedade civil, não tenha dúvida. Que o sindicato está em crise, não há a menor dúvida. Os movimentos sociais no Brasil, e o movimento que acompanho desde o final dos anos 1970, início dos anos 1980, que é o movimento de moradia, também vive um momento de crise. E tem um novo movimento de moradia que emergiu.

Por quê? Aí é toda uma discussão do ciclo histórico brasileiro. Tem a ver com o fato de o movimento social e o sindicato, ao mesmo tempo em que se constituíram como movimento social [e sindicato], também terem constituído os novos partidos – PT, PCdoB, PSB – que surgiram do processo de redemocratização no Brasil. [Esses partidos] levaram a pauta da inclusão e – por uma circunstância que não dá para desenvolvermos aqui, pela evolução histórica do processo de redemocratização no Brasil – não romperam nem com a lógica política predominante, que muitos chamam de PMDBismo, nem com as estruturas tradicionais de poder, porque estabeleceram coalizões com essas estruturas para poder governar – avançaram nessa pauta de inclusão, de distribuição de renda, mas de inclusão via consumo. Eles não deram conta, absolutamente, de pensar uma questão muito mais ampla, que é, justamente, o direito à cidade, a dimensão pública, os serviços públicos de qualidade, os equipamentos públicos de qualidade. E os próprios movimentos sociais abraçaram essa pauta e estão ligados nesse esquema hegemônico político que triunfou.

Agora há uma nova geração – que não tinha nem nascido nos anos 1980 – que já começou outra história, que já nasceu nesse outro patamar e questiona isso de outra forma. Isso faz parte do ciclo histórico, e vejo como muito positivo, porque aquilo que não se rompeu será necessário romper. *Quando e como* já é outra discussão. Seguramente não será nas próximas eleições, pois o que temos aqui é mais do mesmo (no sentido das coalizões e dos modelos). Mas acredito que isso seja um movimento bastante interessante, que ressoa com outras coisas no campo internacional, mas que tem uma enorme especificidade.

SUR 1, v. 1, n. 1, Jun. 2004

EMILIO GARCÍA MÉNDEZ

Origem, sentido e futuro dos direitos humanos: Reflexões para uma nova agenda

FLAVIA PIOVESAN

Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos

OSCAR VILHENA VIEIRA E A. SCOTT DUPREE

Reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos humanos

JEREMY SARKIN

O advento das ações movidas no Sul para reparação por abusos dos direitos humanos

VINODH JAICHAND

Estratégias de litígio de interesse público para o avanço dos direitos humanos em sistemas domésticos de direito

PAUL CHEVIGNY

A repressão nos Estados Unidos após o atentado de 11 de setembro

SERGIO VIEIRA DE MELLO

Apenas os Estados-membros podem fazer a ONU funcionar Cinco questões no campo dos direitos humanos

SUR 2, v. 2, n. 2, Jun. 2005

SALIL SHETTY

Declaração e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Oportunidades para os direitos humanos

FATEH AZZAM

Os direitos humanos na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

RICHARD PIERRE CLAUDE

Direito à educação e educação para os direitos humanos

JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES

O direito ao reconhecimento para gays e lésbicas

E.S. NWAUCHE E J.C. NWOBIKE

Implementação do direito ao desenvolvimento

STEVEN FREELAND

Direitos humanos, meio ambiente e conflitos: Enfrentando os crimes ambientais

FIONA MACAULAY

Parcerias entre Estado e sociedade civil para promover a segurança do cidadão no Brasil

EDWIN REKOSH

Quem define o interesse público?

VÍCTOR E. ABRAMOVICH

Linhas de trabalho em direitos econômicos, sociais e culturais: Instrumentos e aliados

SUR 3, v. 2, n. 3, Dez. 2005

CAROLINE DOMMEN

Comércio e direitos humanos: rumo à coerência

CARLOS M. CORREA

O Acordo TRIPS e o acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento

BERNARDO SORJ

Segurança, segurança humana e América Latina

ALBERTO BOVINO

A atividade probatória perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos

NICO HORN

Eddie Mabo e a Namíbia: Reforma agrária e direitos pré-coloniais à posse da terra

NLERUM S. OKOGBULE

O acesso à justiça e a proteção aos direitos humanos na Nigéria: Problemas e perspectivas

MARÍA JOSÉ GUEMBE

Reabertura dos processos pelos crimes da ditadura militar argentina

JOSÉ RICARDO CUNHA

Direitos humanos e justiça: Pesquisa no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

LOUISE ARBOUR

Plano de ação apresentado pela Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos

SUR 4, v. 3, n. 4, Jun. 2006

FERNANDE RAINE

O desafio da mensuração nos direitos humanos

MARIO MELO

Últimos avanços na justiça dos direitos indígenas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

ISABELA FIGUEROA

Povos indígenas versus petrolíferas: Controle constitucional na resistência

ROBERT ARCHER

Os pontos positivos de diferentes tradições: O que se pode ganhar e o que se pode perder combinando direitos e desenvolvimento?

J. PAUL MARTIN

Releitura do desenvolvimento e dos direitos: Lições da África

MICHELLE RATTON SANCHEZ

Breves considerações sobre os mecanismos de participação para ONGs na OMC

JUSTICE C. NWOBIKE

Empresas farmacêuticas e acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento: O caminho a seguir

CLÓVIS ROBERTO ZIMMERMANN

Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: O caso da Bolsa Família do governo Lula no Brasil

CHRISTOF HEYNS, DAVID PADILLA E LEO ZWAAK

Comparação esquemática dos sistemas regionais e direitos humanos: Uma atualização

RESENHA

SUR 5, v. 3, n. 5, Dez. 2006

CARLOS VILLAN DURAN

Luzes e sombras do novo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

PAULINA VEGA GONZÁLEZ

O papel das vítimas nos procedimentos perante o Tribunal Penal Internacional: seus direitos e as primeiras decisões do Tribunal

OSWALDO RUIZ CHIRIBOGA

O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano

LYDIAH KEMUNTO BOSIRE

Grandes promessas, pequenas realizações: justiça transicional na África Subsaariana

DEVIKA PRASAD

Fortalecendo o policiamento democrático e a responsabilização na Commonwealth do Pacífico

IGNACIO CANO

Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime

TOM FARER

Rumo a uma ordem legal internacional efetiva: da coexistência ao consenso?

RESENHA

SUR 6, v. 4, n. 6, Jun. 2007

UPENDRA BAXI

O Estado de Direito na Índia

OSCAR VILHENA VIEIRA

A desigualdade e a subversão do Estado de Direito

RODRIGO UPRIMNY YEPES

A judicialização da política na Colômbia: casos, potencialidades e riscos

LAURA C. PAUTASSI

Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas

GERT JONKER E RIKA SWANZEN

Serviços de intermediação para crianças-testemunhas que depõem em tribunais criminais da África do Sul

SERGIO BRANCO

A lei autoral brasileira como elemento de restrição à eficácia do direito humano à educação

THOMAS W. POGGE

Para erradicar a pobreza sistêmica: em defesa de um Dividendo dos Recursos Globais

SUR 7, v. 4, n. 7, Dez. 2007

LUCIA NADER

O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU

CECÍLIA MACDOWELL SANTOS

Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos

JUSTIÇA TRANSICIONAL

TARA URS

Vozes do Camboja: formas locais de responsabilização por atrocidades sistemáticas

CECILY ROSE E FRANCIS M. SSEKANDI

A procura da justiça transicional e os valores tradicionais africanos: um choque de civilizações – o caso de Uganda

RAMONA VIJEYARASA

Verdade e reconciliação para as “gerações roubadas”: revisitando a história da Austrália

ELIZABETH SALMÓN G.

O longo caminho da luta contra a pobreza e seu alentador encontro com os direitos humanos

ENTREVISTA COM JUAN MÉNDEZ

Por Glenda Mezarobba

SUR 8, v. 5, n. 8, Jun. 2008

MARTÍN ABREGÚ

Direitos humanos para todos: da luta contra o autoritarismo à construção de uma democracia inclusiva - um olhar a partir da Região Andina e do Cone Sul

AMITA DHANDA

Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências

LAURA DAVIS MATTAR

Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais – uma análise comparativa com os direitos reprodutivos

JAMES L. CAVALLARO E STEPHANIE ERIN BREWER

O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano

DIREITO À SAÚDE E ACESSO A MEDICAMENTOS

PAUL HUNT E RAJAT KHOSLA

Acesso a medicamentos como um direito humano

THOMAS POGGE

Medicamentos para o mundo: incentivando a inovação sem obstruir o acesso livre

JORGE CONTESSE E DOMINGO LOVERA PARMO

Acesso a tratamento médico para pessoas vivendo com HIV/AIDS: êxitos sem vitória no Chile

GABRIELA COSTA CHAVES, MARCELA FOGAÇA VIEIRA E RENATA REIS

Acesso a medicamentos e propriedade intelectual no Brasil: reflexões e estratégias da sociedade civil

SUR 9, v. 5, n. 9, Dez. 2008

BARBORA BUK OVSKÁ

Perpetrando o bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos

JEREMY SARKIN

Prisões na África: uma avaliação da perspectiva dos direitos humanos

REBECCA SAUNDERS

Sobre o intraduzível: sofrimento humano, a linguagem de direitos humanos e a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul

SESSENTA ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições

FERNANDA DOZ COSTA

Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais

EITAN FELNER

Novos limites para a luta pelos direitos econômicos e sociais? Dados quantitativos como instrumento para a responsabilização por violações de direitos humanos

KATHERINE SHORT

Da Comissão ao Conselho: a Organização das Nações Unidas conseguiu ou não criar um organismo de direitos humanos confiável?

ANTHONY ROMERO

Entrevista com Anthony Romero, Diretor Executivo da *American Civil Liberties Union* (ACLU)

SUR 10, v. 6, n. 10, Jun. 2009

ANUJ BHUWANIA

“Crianças muito más”: “Tortura indiana” e o Relatório da Comissão sobre Tortura em Madras de 1855

DANIELA DE VITO, AISHA GILL E DAMIEN SHORT

A tipificação do estupro como genocídio

CHRISTIAN COURTIS

Anotações sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas por tribunais da América Latina

BENYAM D. MEZMUR

Adoção internacional como medida de último recurso na África: promover os direitos de uma criança ao invés do direito a uma criança

DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM MOVIMENTO: MIGRANTES E REFUGIADOS

KATHARINE DERDERIAN E LIESBETH SCHOCKAERT

Respostas aos fluxos migratórios mistos: Uma perspectiva humanitária

JUAN CARLOS MURILLO

Os legítimos interesses de segurança dos Estados e a proteção internacional de refugiados

MANUELA TRINDADE VIANA

Cooperação internacional e deslocamento interno na Colômbia: Desafios à maior crise humanitária da América do Sul

JOSEPH AMON E KATHERINE TODRYS

Acesso de populações migrantes a tratamento antiretroviral no Sul Global

PABLO CERIANI CERNADAS

Controle migratório europeu em território africano: A omissão do caráter extraterritorial das obrigações de direitos humanos

SUR 11, v. 6, n. 11, Dez. 2009

VÍCTOR ABRAMOVICH

Das Violações em Massa aos Padrões Estruturais: Novos Enfoques e Clássicas Tensões no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

VIVIANA BOHÓRQUEZ
MONSALVE E JAVIER AGUIRRE
ROMÁN

As Tensões da Dignidade Humana: Conceituação e Aplicação no Direito Internacional dos Direitos Humanos

DEBORA DINIZ, LÍVIA BARBOSA
E WEDERSON RUFINO DOS
SANTOS

Deficiência, Direitos Humanos
e Justiça

JULIETA LEMAITRE RIPOLL

O Amor em Tempos de Cólera:
Direitos LGBT na Colômbia

**DIREITOS ECONÔMICOS,
SOCIAIS E CULTURAIS**

MALCOLM LANGFORD

Judicialização dos Direitos
Econômicos, Sociais e Culturais
no Âmbito Nacional: Uma Análise
Socio-Jurídica

ANN BLYBERG

O Caso da Alocação Indevida:
Direitos Econômicos e Sociais e
Orçamento Público

ALDO CALIARI

Comércio, Investimento,
Financiamento e Direitos Humanos:
Avaliação e Estratégia

PATRICIA FEENEY

A Luta por Responsabilidade das
Empresas no Âmbito das Nações
Unidas e o Futuro da Agenda de
Advocacy

**COLÓQUIO INTERNACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS**

Entrevista com Rindai Chipfunde-
Vava, Diretora da Zimbabwe
Election Support Network (ZESN)

Relatório sobre o IX Colóquio
Internacional de Direitos Humanos

SUR 12, v. 7, n. 12, Jun. 2010

SALIL SHETTY

Prefácio

FERNANDO BASCH ET AL.

A Eficácia do Sistema
Interamericano de Proteção
de Direitos Humanos: Uma
Abordagem Quantitativa sobre
seu Funcionamento e sobre o
Cumprimento de suas Decisões

RICHARD BOURNE

Commonwealth of Nations:

Estratégias Intergovernamentais
e Não-governamentais para a
Proteção dos Direitos Humanos em
uma Instituição Pós-colonial

**OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
DO MILÊNIO**

ANISTIA INTERNACIONAL

Combatendo a Exclusão: Por que os
Direitos Humanos São Essenciais
para os ODMs

VICTORIA TAULI-CORPUZ

Reflexões sobre o Papel do Forum
Permanente sobre Questões
Indígenas das Nações Unidas
em relação aos Objetivos de
Desenvolvimento do Milênio

ALICIA ELY YAMIN

Rumo a uma Prestação de Contas
Transformadora: Uma Proposta
de Enfoque com base nos Direitos
Humanos para Dar Cumprimento às
Obrigações Relacionadas à Saúde
Materna

SARAH ZAIDI

Objetivo 6 do Desenvolvimento
do Milênio e o Direito à Saúde:
Contraditórios ou Complementares?

MARCOS A. ORELLANA

Mudança Climática e os Objetivos
de Desenvolvimento do Milênio:
O Direito ao Desenvolvimento,
Cooperação Internacional e o
Mecanismo de Desenvolvimento
Limpo

**RESPONSABILIDADE DAS
EMPRESAS**

LINDIWE KNUTSON

O Direito das Vítimas do *apartheid*
a Requerer Indenizações de
Corporações Multinacionais é
Finalmente Reconhecido por
Tribunais dos EUA?

DAVID BILCHITZ

O Marco Ruggie: Uma Proposta
Adequada para as Obrigações de
Direitos Humanos das Empresas?

SUR 13, v. 7, n. 13, Dez. 2010

GLENDA MEZAROBBA

Entre Reparações, Meias Verdades
e Impunidade: O Difícil Rompimento
com o Legado da Ditadura no Brasil

GERARDO ARCE ARCE

Forças Armadas, Comissão da
Verdade e Justiça Transicional no
Peru

**MECANISMOS REGIONAIS DE
DIREITOS HUMANOS**

FELIPE GONZÁLEZ

As Medidas de Urgência no
Sistema Interamericano de Direitos
Humanos

JUAN CARLOS GUTIÉRREZ E
SILVANO CANTÚ

A Restrição à Jurisdição Militar
nos Sistemas Internacionais de
Proteção dos Direitos Humanos

DEBRA LONG E LUKAS MUNTINGH

O Relator Especial Sobre Prisões e
Condições de Detenção na África e o
Comitê para Prevenção da Tortura
na África: Potencial para Sinergia ou
Inércia?

LUCYLINE NKATHA MURUNGI E
JACQUI GALLINETTI

O Papel das Cortes Sub-Regionais
no Sistema Africano de Direitos
Humanos

MAGNUS KILLANDER

Interpretação dos Tratados
Regionais de Direitos Humanos

ANTONIO M. CISNEROS
DE ALENCAR

Cooperação entre Sistemas Global
e Interamericano de Direitos
Humanos no Âmbito do Mecanismo
de Revisão Periódica Universal

IN MEMORIAM

Kevin Boyle – Um Elo Forte na
Corrente Por Borislav Petranov

SUR 14, v. 8, n. 14, Jun. 2011

MAURÍCIO ALBARRACÍN
CABALLERO

Corte Constitucional e Movimentos
Sociais: O Reconhecimento Judicial
dos Direitos de Casais do Mesmo
Sexo na Colômbia

DANIEL VÁZQUEZ E DOMITILLE
DELAPLACE

Políticas Públicas na Perspectiva de
Direitos Humanos: Um Campo em
Construção

J. PAUL MARTIN

Educação em Direitos Humanos em
Comunidades em Recuperação Após
Grandes Crises Sociais: Lições para
o Haiti

**DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

LUIS FERNANDO ASTORGA
GATJENS

Análise do Artigo 33 da Convenção
da ONU: O Papel Crucial da Im-
plementação e do Monitoramento
Nacionais

LETÍCIA DE CAMPOS VELHO
MARTEL

Adaptação Razoável: O Novo
Conceito sob as Lentes de Uma
Gramática Constitucional Inclusiva

MARTA SCHAFF

Negociando Sexualidade na
Convenção de Direitos das Pessoas
com Deficiência

TOBIAS PIETER VAN REENEN E
HELÉNE COMBRINCK

A Convenção da ONU sobre
os Direitos das Pessoas com
Deficiência na África: Avanços 5
Anos Depois

STELLA C. REICHER

Diversidade Humana e Assimetrias:
Uma Releitura do Contrato Social
sob a Ótica das Capacidades

PETER LUCAS

A Porta Aberta: Cinco Filmes
que Marcaram e Fundaram as
Representações dos Direitos
Humanos para Pessoas com
Deficiência

LUIS GALLEGOS CHIRIBOGA

Entrevista com Luis Gallegos
Chiriboga, Presidente (2002-2005)
do Comitê *Ad Hoc* que Elaborou a
Convenção Sobre os Direitos das
Pessoas com Deficiência

SUR 15, v. 8, n. 15, Dez. 2011

ZIBA MIR-HOSSEINI

Criminalização da Sexualidade: Leis
de *Zina* como Violência Contra as
Mulheres em Contextos Muçulmanos

LEANDRO MARTINS ZANITELLI

Corporações e Direitos Humanos:
O Debate Entre Voluntaristas
e Obrigacionistas e o Efeito
Solapador das Sanções

ENTREVISTA COM DENISE DORA

Responsável pelo Programa de
Direitos Humanos da Fundação Ford
no Brasil entre 2000 e 2011

IMPLEMENTAÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL DAS DECISÕES DOS SISTEMAS REGIONAIS E INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

MARIA ISSAEVA,
IRINA SERGEEVA E MARIA
SUCHKOVA

Execução das Decisões da Corte
Europeia de Direitos Humanos
na Rússia: Avanços Recentes e
Desafios Atuais

CÁSSIA MARIA ROSATO E
LUDMILA CERQUEIRA
CORREIA

Caso *Damião Ximenes Lopes*:
Mudanças e Desafios Após a
Primeira Condenação do Brasil pela
Corte Interamericana de Direitos
Humanos

DAMIÁN A. GONZÁLEZ-
SALZBERG

A Implementação das Sentenças da
Corte Interamericana de Direitos
Humanos na Argentina: Uma
Análise do Vaivém Jurisprudencial
da Corte Suprema de Justiça da
Nação

MARCIA NINA BERNARDES

Sistema Interamericano de Direitos
Humanos como Esfera Pública
Transnacional: Aspectos Jurídicos
e Políticos da Implementação de
Decisões Internacionais

CADERNO ESPECIAL: CONECTAS DIREITOS HUMANOS - 10 ANOS

A Construção de uma Organização
Internacional do/no Sul

SUR 16, v. 9, n. 16, Jun. 2012

PATRICIO GALELLA E CARLOS
ESPÓSITO

As *Entregas Extraordinárias*
na Luta Contra o Terrorismo.
Desaparecimentos Forçados?

BRIDGET CONLEY-ZILKIC

Desafios para Aqueles que
Trabalham na Área de Prevenção e
Resposta ao Genocídio

MARTA RODRIGUEZ DE ASSIS

MACHADO, JOSÉ RODRIGO
RODRIGUEZ, FLAVIO MARQUES
PROL, GABRIELA JUSTINO
DA SILVA, MARINA ZANATA
GANZAROLLI E RENATA DO VALE
ELIAS

Disputando a Aplicação das Leis: A
Constitucionalidade da Lei Maria da
Penha nos Tribunais Brasileiros

SIMON M. WELDEHAIMANOT

A CADHP no Caso *Southern
Cameroon*

ANDRÉ LUIZ SICILIANO

O Papel da Universalização dos
Direitos Humanos e da Migração
na Formação da Nova Governança
Global

SEGURANÇA CIDADÃ E DIREITOS HUMANOS

GINO COSTA

Segurança Pública e Crime
Organizado Transnacional nas
Américas: Situação e Desafios no
Âmbito Interamericano

MANUEL TUFRÓ

Participação Cidadã, Segurança
Democrática e Conflito entre
Culturas Políticas. Primeiras
Observações sobre uma Experiência
na Cidade Autônoma de Buenos
Aires

CELS

A Agenda Atual de Segurança e
Direitos Humanos na Argentina.
Uma Análise do *Centro de Estudios
Legais y Sociales* (CELS)

PEDRO ABRAMOVAY

A Política de Drogas e *A Marcha da
Insensatez*

VISÕES SOBRE AS UNIDADES DE

POLÍCIA PACIFICADORA (UPPS)
NO RIO DE JANEIRO, BRASIL

Rafael Dias – Pesquisador, Justiça
Global
José Marcelo Zacchi – Pesquisador-
associado do Instituto de Estudos
do Trabalho e Sociedade – IETS

SUR 17, v. 9, n. 17, dez. 2012

DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS

CÉSAR RODRÍGUEZ GARAVITO,
JUANA KWEITEL E LAURA
TRAJBER WAISBICH

Desenvolvimento e Direitos
Humanos: Algumas Ideias para
Reiniciar o Debate

IRENE BIGLINO, CHRISTOPHE
GOLAY E IVONA TRUSCAN

A Contribuição dos Procedimentos
Especiais da ONU para o Diálogo
entre os Direitos Humanos e o
Desenvolvimento

LUIS CARLOS BUOB CONCHA

Direito à Água: Entendendo
seus Componentes Econômico,
Social e Cultural como Fatores de
Desenvolvimento para os Povos
Índigenas

ANDREA SCETTINI

Por um Novo Paradigma de
Proteção dos Direitos dos Povos
Índigenas: Uma Análise Crítica dos
Parâmetros Estabelecidos pela Corte
Interamericana de Direitos Humanos

SERGES ALAIN DJOYOU KAMGA
E SIYAMBONGA HELEBA

Crescimento Econômico pode
Traduzir-se em Acesso aos Direitos?
Desafios das Instituições da África
do Sul para que o Crescimento
Conduza a Melhores Padrões de
Vida

ENTREVISTA COM SHELDON
LEADER

Empresas Transnacionais
e Direitos Humanos

ALINE ALBUQUERQUE
E DABNEY EVANS

Direito à Saúde no Brasil: Um
Estudo sobre o Sistema de
Apresentação de Relatórios para
os Comitês de Monitoramento de
Tratados

LINDA DARKWA
E PHILIP ATTUQUAYEFIO

Matando Para Proteger? Guardas
da Terra, Subordinação do Estado e
Direitos Humanos em Gana

CRISTINA RÃDOI

A Resposta Ineficaz das
Organizações Internacionais em
Relação à Militarização da Vida das
Mulheres

CARLA DANTAS

Direito de Petição do Indivíduo no Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos

SUR 18, v. 10, n. 18, Jun. 2013

INFORMAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

SÉRGIO AMADEU DA SILVEIRA

Aaron Swartz e as Batalhas pela Liberdade do Conhecimento

ALBERTO J. CERDA SILVA

Internet Freedom não é Suficiente: Para uma Internet Fundamentada nos Direitos Humanos

FERNANDA RIBEIRO ROSA

Inclusão Digital como Política Pública: Disputas no Campo dos Direitos Humanos

LAURA PAUTASSI

Monitoramento do Acesso à Informação a Partir dos Indicadores de Direitos Humanos

JO-MARIE BURT E CASEY CAGLEY

Acesso à Informação, Acesso à Justiça: Os Desafios da *Accountability* no Peru

MARISA VIEGAS E SILVA

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas: Seis Anos Depois

JÉRÉMIE GILBERT

Direito à Terra como Direito Humano: Argumentos em prol de um Direito Específico à Terra

PÉTALLA BRANDÃO TIMO

Desenvolvimento à Custa de Violações: Impacto de Megaprojetos nos Direitos Humanos no Brasil

DANIEL W. LIANG WANG E OCTAVIO LUIZ MOTTA FERRAZ

Atendendo os mais Necessitados? Acesso à Justiça e o Papel dos Defensores e Promotores Públicos no Litígio Sobre Direito à Saúde na Cidade de São Paulo

OBONYE JONAS

Direitos Humanos, Extradicação e Pena de Morte: Reflexões Sobre o Impasse Entre Botsuana e África Do Sul

ANTONIO MOREIRA MAUÉS

Supralegalidade dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Interpretação Constitucional

SUR 19, v. 10, n. 18, DEZ.. 2013

POLÍTICA EXTERNA E DIREITOS HUMANOS

DAVID PETRASEK

Novas potências, novas estratégias? Diplomacia em direitos humanos no século XXI

ADRIANA ERTHAL ABDENUR E DANILO MARCONDES DE SOUZA NETO

Cooperação brasileira para o desenvolvimento na África: Qual o papel da democracia e dos direitos humanos?

CARLOS CERDA DUEÑAS

Limites e avanços na incorporação de normas internacionais de direitos humanos no México a partir da reforma constitucional de 2011

ELISA MARA COIMBRA

Sistema Interamericano de Direitos Humanos: Desafios à implementação das decisões da Corte no Brasil

CONOR FOLEY

A evolução da legitimidade das intervenções humanitárias

DEISY VENTURA

Saúde pública e política externa brasileira

CAMILA LISSA ASANO

Política externa e direitos humanos em países emergentes: Reflexões a partir do trabalho de uma organização do Sul Global

ENTREVISTA COM MAJA DARUWALA (CHRI) E SUSAN WILDING (CIVICUS)

A política externa das democracias emergentes: Qual o lugar dos direitos humanos? Um olhar sobre a Índia e a África do Sul

DAVID KINLEY

Encontrando liberdade na China: Direitos humanos na economia política

LAURA BETANCUR RESTREPO

A promoção e a proteção dos direitos humanos por meio de clínicas jurídicas e sua relação com os movimentos sociais: Conquistas e desafios no caso da objeção de consciência ao serviço militar obrigatório na Colômbia

ALEXANDRA LOPES DA COSTA

Inquisição contemporânea: Uma história de perseguição criminal, exposição da intimidade e violação de direitos no Brasil

ANA CRISTINA GONZÁLEZ VÉLEZ E VIVIANA BOHÓRQUEZ MONSALVE

Estudo de caso da Colômbia: Normas sobre aborto para fazer avançar a agenda do Programa de Ação do Cairo